



OR.: DE SÃO PAULO

À G.:D.:G.:A.:D.:U.: AUG.: RESP.: LOJA SIMB.:
THEOBALDO VAROLI FILHO Nº 2699
FILIADA AO GOSP .: FEDERADO AO GOB
Fundada em 20 de Março de 1993 - Rito Escocês Antigo e Aceito
Rua Guaimbé, 192 - Mooca - CEP 03118-030 - São Paulo

AMAZÔNIA, SOBERANIA NACIONAL

RELATÓRIO FINAL DA REUNIÃO

Sessão Especial de Debates sobre o tema ocorrida em 20 de setembro de 2006, presidida pelo V.'. M.'. Ildo Carlos Boscolo, Sec.'. Marcelo de Forggi Souza, Or.'. e Relator Fábio Sérgio do Amaral

1 - A Loja concorda que a Maçonaria deve se mobilizar sobre a questão da “Amazônia, Soberania Nacional”?

Sim.

2 - Em caso favorável favor encaminhar sugestões, críticas, comentários, textos e estudos relativos ao tema.

Os debates se iniciaram com a exposição do tema, segundo o material preparado pelo GOB e anexo ao Ato nº 6.048, de 17 de julho de 2006 da E.'. V.'. , de onde podemos destacar, inicialmente, que a preocupação com a soberania nacional na região da Amazônia brasileira se dá pelos seguintes fatores:

- entende-se que um grupo de países, sob o pretexto de proteger o meio ambiente, demonstra claro interesse na Amazônia, especialmente em razão de sua imensa biodiversidade e de suas reservas minerais;

- entende-se ainda que na região da Amazônia brasileira haja grande potencial para produção de biodiesel, bem como para a produção agropecuária;

- acredita-se na rápida regeneração da floresta após o corte de árvores;

- preocupa-se com a questão da demarcação de reservas indígenas na região.

Outros fatores que foram apresentados visando a contextualizar a atual situação da Amazônia foram:

- a Amazônia brasileira totaliza quase 5.000.000 (cinco milhões) de quilômetros quadrados, representando cerca de 60% (sessenta por cento) do território nacional;

- dentre todos os países amazônicos, o Brasil é o que possui a maior parte da bacia e é o único que controla a sua desembocadura no oceano Atlântico;

- o rio Amazonas é potencialmente responsável por cerca de 20% (vinte por cento) de toda a água doce do planeta;

- ao contrário do que se pensa, o solo da Amazônia é pouco fértil, sendo que a floresta se “alimenta” das próprias folhas que caem de suas árvores.

Quanto à soberania, adotou-se o entendimento de que esse conceito, atualmente, deve levar em consideração fatores externos, tais como a interferência do meio ambiente em outras nações, questões humanitárias e a segurança global, todas questões supranacionais. Partindo-se desta visão, passa-se a discutir a faceta oposta à soberania: a questão da intervenção internacional.

Como compatibilizar a soberania nacional com interesses internacionais?

Algumas conclusões foram tiradas do que foi estudado e intensamente debatido, as quais serão consideradas premissas para a apresentação de propostas ao final deste relatório:

- a mudança no conceito de soberania estava voltada para regiões com territórios vastos e com pouca e/ou desordenada ocupação. Ao se constatar que a ocupação da Amazônia já era uma realidade e que a ocorrência de uma intervenção internacional seria rechaçada tanto pela população da região, como por toda a nação, a ONU passou a exigir um plano de conservação da região, o qual passou a ser implantado, apesar dos escassos recursos;

- apenas de 10 (dez) a 14% (quatorze por cento) da madeira extraída da Amazônia destina-se a exportação, sendo os quase 90% (noventa por cento) restantes destinados ao mercado interno, o que nos faz concluir que os grandes exploradores são empresas nacionais;

- a maioria das declarações relacionadas à soberania nacional na Amazônia tem fundamento político e é baseada em pesquisas populares e eleitorais. Vale lembrar

que muitos desses políticos locais têm suas campanhas políticas financiadas por madeireiros;

- o acesso à floresta deve ser viabilizado de forma ordenada e consciente, assegurando, assim, o seu desenvolvimento sustentável;

- em toda e qualquer atividade a ser desenvolvida na região amazônica deve-se priorizar a qualidade de vida da população local;

- existe enorme campo para o desenvolvimento dos meios de transporte na região, especialmente o ligado à rede hidroviária.

Partindo dessas premissas, abaixo são enumeradas as propostas que foram colhidas durante os debates e aprovadas por unanimidade em Loja, visando a solucionar, ou ao menos minimizar, os problemas relacionados à Amazônia e à soberania nacional:

1. devem-se implementar políticas públicas específicas na área ambiental para a região amazônica;

2. deve-se estimular a ocupação da região amazônica, por meio de uma colonização ordenada, que preserve o meio ambiente e assegure a ocupação do território por brasileiros, fazendo-se presente, sobretudo, o Estado;

3. pode-se estudar a criação de um Ministério especialmente dedicado a cuidar do desenvolvimento e preservação da região amazônica;

4. os parlamentares que sejam pertencentes à nossa Sublime Ordem devem ser concitados a dar todo apoio a projetos de lei e/ou programas de governo que, de qualquer forma, favoreçam a soberania nacional, bem como a se oporem a qualquer projeto de lei ou programa de governo que, direta ou indiretamente, a fragilizem;

5. deve-se incentivar o turismo ecológico na região, como forma de divulgar a Amazônia brasileira, desenvolver a região, criar empregos e fortalecer os vínculos entre o povo e a região, destinando parte da receita arrecadada (especialmente tributária) para a preservação da própria região amazônica;

6. deve-se fomentar a pesquisa científica nacional e a catalogação de espécimes da região;

7. para atingir os objetivos acima, deve-se também desenvolver os meios de transporte nacionais e internacionais da região, especialmente o hidrográfico, bem

como a conclusão da Rodovia Transamazônica. Outra alternativa interessante seria a ampliação da rede ferroviária na região;

8. atingida essa meta, torna-se imperativo que o controle de fronteiras aéreas, hidroviárias, rodoviárias e ferroviárias seja incrementado, destinando-se um maior efetivo da Polícia Federal e das Forças Armadas para a região, bem como equipando-os e remunerando-os adequadamente;

9. deve-se fortalecer o sentimento de patriotismo, bem como incentivar a prática da cidadania, conceitos estes que devem ser incluídos nos currículos escolares, especialmente no ensino fundamental, por meio de matéria que estude os problemas brasileiros e dê noções de civismo, como ocorria com as matérias obrigatórias de Estudo dos Problemas Brasileiros – EPB e Educação Moral e Cívica – EMC, equivocadamente banidas de nossas escolas.

Referências Bibliográficas:

TILLIO NETO, Petrônio de. Soberania e ingerência na Amazônia brasileira. Dissertação de tese para mestrado. Orientador: Prof. Dr. Leonel Itaussu Almeida Melo. Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Ciência Política. São Paulo, 2003.

FEARNSIDE, Philip M. Política de conservação na Amazônia brasileira: entendendo os dilemas. Relatório do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, Manaus – AM, 2003.

Oriente de São Paulo, 23 de agosto de 2006 (E.º.V.º.)

Loja Maçônica Theobaldo Varolli Filho

Nº 2699 – São Paulo